

Pensar uma outra Identidade Europeia: marítima, insular e ultraperiférica

Isabel Maria Freitas Valente

Investigadora CEIS20 – Universidade de Coimbra

Membro do Team Europe

Resumo

A análise pretende lançar um olhar retrospectivo, ao mesmo tempo que prospectivo, sobre a natureza distintiva e original da identidade europeia. Aludindo à Europa Marítima, Insular, Arquipelágica e Ultraperiférica como um dos contributos para a construção de uma identidade europeia.

Palavras-chave: Europa, identidade, insular, ultraperiférica, marítima

Abstract

The analysis aims to look back and at the same time in a prospective way, the distinctive and unique nature of European identity. Alluding to the Maritime, Insular, Archipelagic and Ultraperipheral Europe as one of the contributions to the building of an European identity.

Keywords: Europe, identity, insular, Ultraperipheral, maritime

No dealbar deste terceiro milénio não interessará propriamente construir uma metalinguagem que congregue uma unidade de tradição religiosa, cultural, política e económica do espaço europeu. Estamos em crer que importará antes, tomarmos consciência da pluralidade das línguas, das culturas, dos diferentes movimentos históricos, político-económicos e sociais, da inevitável e recíproca interacção que faz de cada povo europeu pertença importante da Europa e da Humanidade.

Assim, é imprescindível que a reflexão sobre a Europa procure responder a «inúmeras questões sobre o seu passado, o presente e o futuro. É que o diálogo travado entre europeus e entre estes e outros povos é inseparável da maturação de uma

consciência europeia.»¹

Mas que Europa? Recordemos as palavras de René Rémond num prefácio à obra *História da Europa*: «Mas alguma vez existiu a Europa? Os seus limites têm variado constantemente: de umas vezes, dilatou-se; de outras, retraiu-se. Por exemplo, a Rússia esteve longos tempos dividida entre o chamamento da Ásia e a atracção da Europa. Hoje, a Europa como entidade coincide aproximadamente com a Europa geográfica: a referência de Gorbatchov à ‘casa comum’ não exprime a vontade da Rússia fazer parte integrante da unidade europeia? Se há evidência que se imponha no termo deste sobrevoos de alguns milénios, é a de que nunca houve uma só Europa: em todos os tempos houve, e ainda agora existem, várias Europas.»²

Para esclarecer este ponto deve ter-se em conta que a identidade europeia é reforçada na sua “falta de unidade”, ou melhor, “a unidade assenta na sua ausência”. Esta ideia traduz o princípio histórico que “liga a identidade europeia ao devir e à metamorfose” como bem escreve Edgar Morin. Assim sendo, a construção europeia far-se-á na simbiose do uno e do múltiplo.³

Foi da importância e necessidade da compreensão da existência não de uma Europa una, homogénea, mas, na expressão de Maria Manuela Tavares Ribeiro, de «um mosaico rico, complexo, multifacetado»⁴ quer geográfica, social, quer culturalmente, que nasceu o desejo de poder reflectir sobre a identidade europeia a partir de uma das «muitas Europas»: A Europa marítima, insular e ultraperiférica.

Há locais onde se sente profundamente o «peso da História». Um deles é concerteza as ilhas atlânticas. Elas são como que umbrais sagrados do tempo em que, sem dificuldade, podemos, por momentos, ser transportados para a dimensão de um passado com significado particular.

Na sombra dos arvoredos e na quietude do mar revive-se um tempo passado que remonta a Quinhentos, época progenitora da «aldeia global.» Com efeito, o processo começou no século XV, quando pela primeira vez Portugal criou uma rede de transportes mundial, multiplicou várias vezes o comércio intercontinental e promoveu a ampla imigração de formas de vida, animais e vegetais, com a recomposição da

¹ Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Objectivos», Curso de Mestrado em *Estudos sobre a Europa: Europa-As Visões do ‘Outro’*, 2002-2004, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

² René Rémond, «Prefácio», in *História da Europa*, coord. por Jean Carpentier, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 21.

³ Edgar Morin, *Penser l’Europe*, Paris, Gallimard, 1987, p.218.

⁴ Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Introdução», in *Olhares Sobre a Europa, Actas do Seminário Internacional 18 de Abril de 2001*, coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro, Colecção *Estudos sobre a Europa*, n.º1, CEIS20, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, p. 8.

população de continentes inteiros. Este facto evidencia a unidade da humanidade, mas esta só é rica na diversidade.

Se a Europa perdesse a sua dimensão insular, arquipelágica e oceânica regressaria à indesejável realidade de uma «Europa Fortaleza». As ilhas em geral e as atlânticas, em particular, são também a garantia dessa diversidade e da manutenção de uma União Europeia aberta, continental e marítima, inserida no diálogo intercontinental iniciado há quinhentos anos pelo mais antigo Estado da Europa – Portugal!

Deve pois salientar-se que a Europa, essencialmente devido à sua geografia, sempre teve uma relação privilegiada com os oceanos, cujo papel no desenvolvimento da sua cultura, identidade e história foi fundamental desde tempos imemoriais.

Recorde-se que a Europa está rodeada por numerosas ilhas, por quatro mares (Mediterrâneo, Báltico, mar do Norte e mar Negro) e por dois oceanos (Atlântico e Ártico). O continente europeu é uma península com uma orla costeira de milhares de quilómetros – maior do que a de outras grandes massas continentais, como os Estados Unidos ou a Federação da Rússia. Dada esta configuração geográfica, mais de dois terços das fronteiras da União são costas e os espaços marítimos sob jurisdição dos Estados-Membros são mais vastos do que os seus espaços terrestres. Graças às suas Regiões Ultraperiféricas, a Europa está igualmente presente no oceano Índico e no mar das Caraíbas, para além do oceano Atlântico. Os desafios colocados por estas regiões no plano marítimo são numerosos e afectam a União Europeia no seu todo.

Na verdade, o património cultural e natural das regiões insulares e das regiões ultraperiféricas pode ser, melhor dizendo, deve ser um motor de desenvolvimento não só destas regiões, mas da própria União Europeia. Atentemos no seguinte exemplo, a rica biodiversidade destas regiões pode contribuir para o desenvolvimento da investigação biomédica e da farmacopeia. A este propósito podem e devem considerar-se outros exemplos no domínio da investigação ligados à sua situação insular e às suas características geomorfológicas, muito concretamente no domínio da oceanografia, aeronáutica, no sector agroalimentar e na área das energias renováveis.

Deve acentuar-se, ainda, que a localização destas regiões confere uma dimensão planetária à União Europeia. Estas regiões, por este facto, adquirem uma importância vital na política externa da União e na sua política de Vizinhança.

É importante ainda, para um melhor esclarecimento, referir que as regiões ultraperiféricas têm uma população total de 3,8 milhões (1% da população da UE), estendida numa área de aproximadamente 25.000 km² (100.000 km² se incluída a área

florestal da Guiana, região onde 90% do seu território está coberto pela selva equatorial).

Como referimos anteriormente, esta área reúne elementos comuns que fazem dela um espaço dotado de uma identidade própria na União Europeia: insularidade, situação ultraperiférica, fragmentação dos territórios, poucos recursos naturais (como por exemplo a água). No entanto, esta zona dispõe de uma outra identidade que assenta na sua riqueza patrimonial, natural, cultural e turística.

Por outro lado, consideramos ser importante conduzir a reflexão para a análise da posição geoestratégica de alguns destes territórios. Para tal tomaremos as Regiões Ultraperiféricas portuguesas como ponto de partida.

Hoje, Portugal afirma-se como país europeu ocidental e democrático⁵, «país europeu igualmente consciente da originalidade da contribuição que deu à projecção da Europa no mundo e que continua a dar à Europa dos nossos dias no embate com os desafios que se lhe deparam.»⁶

Em termos geopolíticos, pela idiossincrasia tradicional das suas populações, pelo significado da sua costa marítima, pela sua projecção oceânica, através dos Açores e da Madeira e da sua imensa zona marítima, Portugal detém, como bem se sabe, um relacionamento privilegiado com a África e com as Américas, em particular com o Brasil. Este primado do vector atlântico foi historicamente concretizado em dois movimentos de longa duração: «primeiro, a diversificação das alianças externas em relação a Espanha e a aliança privilegiada com a potência marítima – tradicionalmente, a Aliança Inglesa, os Estados Unidos depois de 1945, e a NATO, num quadro multilateral, a partir de 1949; segundo, o investimento colonial nos sucessivos Impérios, o Oriente, o Brasil, e a África.»⁷

Neste contexto, e tendo em conta a vocação transatlântica de Portugal, os Açores e a Madeira, sempre foram encarados como pontos estratégicos importantes no Atlântico Norte. A forma como Portugal utilizou o espaço atlântico, e as ilhas dos Açores em

⁵ Hoje, Portugal encontra-se mais consciente de que a Europa sempre constitui, mesmo durante a expansão, o espaço cultural em que se formou e a que pertence pelas suas raízes, as suas estruturas sociais e as suas instituições.

⁶ Siqueira Freire, «Portugal entre o Mar e a Terra – Reflexões sobre a identidade nacional», *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 2, Lisboa, IEEI, 1986, p. 20.

⁷ Nuno Severiano Teixeira, «Interesse Nacional e Globalização: o caso português entre a teoria e a história», in *O Interesse Nacional e a Globalização*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 124; e «O 25 de Abril e a política externa portuguesa», *Relações Internacionais*, vol.1, Lisboa, IPRI, 2004, pp. 5-20. Sobre este assunto leia-se: Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, s/d, *passim*; José Medeiros Ferreira, «Características históricas da política externa portuguesa», *Política Internacional*, n.º 6, 1993, pp. 113-156.

particular, no contexto da sua política externa, foi variando ao longo dos últimos cem anos.⁸

Detentoras de um papel crucial na compreensão euro-atlântica, nomeadamente em relação ao continente americano, às RUPs portuguesas cabe a missão de esbater as fronteiras europeias que separam estes mundos civilizacionais e fomentar o diálogo intercontinental promovendo, essencialmente a cultura.

«Com a entrada de Portugal [na Comunidade Europeia], não é apenas a quinta língua mais falada do Mundo que se torna língua oficial das Comunidades Europeias, mas ainda a experiência e a aptidão dos Portugueses no relacionamento com outros países e uma cultura ancestral que vão enriquecer o quadro europeu.»⁹

A esta luz, Portugal tem que assumir a sua incontestável individualidade no contexto ibérico, a sua determinante vocação atlântica e a consciência da importância do mar e do chamado «arquipélago Portugal-Açores-Madeira.»

Creemos que esta dimensão estratégica, aqui sucintamente analisada, não deve, de todo, ser descurada, mas tem que começar a ser perspectivada desde o âmbito insular,¹⁰ passando, também, a ser equacionada mais seriamente em termos regionais e nacionais.

No plano internacional, essa importância sempre lhe foi atribuída pelo jogo das potências, pela configuração das estradas marítimas e aéreas, pelo desenvolvimento das técnicas das artes de navegação, em suma, pelo contexto internacional. Podemos referir, a título exemplificativo, que a importância estratégica das ilhas dos Açores, nas suas vertentes política, económica ou militar foi variando ao longo do século XX consoante os actores e interesses em presença, assumindo relevância exponencial nos últimos sessenta anos, com a evolução da estratégia e das estruturas aeroespaciais no âmbito da aviação civil e militar, componentes insubstituíveis da Defesa Nacional. Como sublinha Mimoso e Carvalho, «o arquipélago dos Açores, ponto central do Atlântico, deixa de ser uma encruzilhada de rotas exclusivamente marítimas, para ver a sua importância acrescida pelo crescimento das rotas civis e por servir como base de apoio para

⁸ Leia-se António Carlos Mimoso e Carvalho, *Os Açores numa perspectiva histórica do poder aéreo*, Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional: *Portugal e o Atlântico: 60 Anos dos Acordos dos Açores*, Assembleia da República, 28 e 29 de Outubro de 2003.

⁹ Excerto da mensagem enviada aos outros Estados-membros pelo Primeiro- Ministro Aníbal Cavaco Silva, in Aníbal Cavaco Silva, *Autobiografia Política*, Lisboa, Temas & Debates, 2002, pp. 171 – 172.

¹⁰ José Guilherme Reis Leite, «A percepção Insular da Europa», in *Portugal e a Construção Europeia*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Moreira Barbosa de Melo e Manuel Carlos Lopes Porto, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 41-52.

aeronaves militares em trânsito, lançamento de operações militares ou de busca e salvamento».¹¹

A afirmação euro-atlântica¹² dos Açores e da Madeira, enquanto Regiões Ultraperiféricas da UE e parte integrante da identidade portuguesa, no Atlântico, reforça a posição estratégica das Regiões Autónomas, mas redobra as suas responsabilidades. Nesta linha, as novas autonomias regionais deveriam dotar os arquipélagos com meios próprios para o acompanhamento e prospecção da importância estratégica dos arquipélagos em termos nacionais e internacionais. Através do desenvolvimento da componente de ciência e tecnologia, estabelecendo centros de investigação científica e internacional em várias áreas como as vocacionadas para a oceanografia, os fenómenos vulcânicos e sísmicos, a biologia marítima, entre outros.¹³ Estes centros, estamos em crer, que poderiam, ainda, beneficiar da cooperação externa com entidades europeias e norte-americanas. Neste contexto, a qualificação dos recursos humanos tem sido a nova rota para o desenvolvimento dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Da mesma forma, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações e da economia em geral, bem como o não menos importante investimento na educação e na difusão dos valores fundamentais como a paz, a democracia, a boa governação, são decisivos para acompanhar o desafio global.

A União Europeia deseja um mundo multipolar e, por conseguinte, deve multiplicar e reforçar as parcerias com os seus Estados vizinhos e também com os países ACP e do MERCOSUL, com os EUA. Neste contexto, as RUPs, em geral, e as Regiões Autónomas portuguesas, em particular, detêm, como referimos, uma posição geoestratégica privilegiada e são palco de cruzamentos de heranças multisseculares e podem constituir, ou deveriam constituir um ‘agente’ cultural dessa Europa que sequer aberta para Sul, para a África, para o Brasil e América, para a Terra inteira, mais para

¹¹ António Carlos Mimoso e Carvalho, *art. cit.*, p. 3.

¹² Para uma melhor compreensão desta temática leia-se: Jaime Gama, «Portugal num novo contexto estratégico e regional», *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 4, Lisboa, IEEI, 1987-88, pp. 75-88.; J. Borges de Macedo, «Atlântico Norte-Atlântico Sul-perspectiva histórica», *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 3, Lisboa, IEEI, 1987, pp. 93-108; J. Borges de Macedo, «Portugal na perspectiva estratégica europeia», *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 4, Lisboa, IEEI, 1987-88, pp. 9-32; Álvaro de Vasconcelos «A reorganização das relações euro-americanas», *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 10-11, Lisboa, IEEI, 1993-94, pp. 79-92, Carlos Cordeiro, «Os Açores e as Relações Transatlânticas: Olhares do Outro», in *Ideias da Europa: que fronteiras?*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coleção *Estudos sobre a Europa*, n.º5, Coimbra Quarteto Editora, 2004, pp. 295-326.

¹³ À semelhança das restantes RUPs, a Região Autónoma da Madeira oferece condições para o desenvolvimento de certas actividades científicas (Observatório Astrofísico) e tecnológicas, em especial a investigação no âmbito da biologia marítima. A Madeira acolhe já a sede do Conselho Europeu do Direito do Ambiente.

dialogar do que para dominar. São oportunas as palavras do ensaísta Eduardo Lourenço: “aceitemos o risco de ser ‘europeus’ de uma nova espécie, cidadãos de uma Europa mediadora e aberta sobre o mundo porque dona em sua casa.”¹⁴

No entanto, a Europa insular, marítima e ultraperiférica só se cumprirá totalmente no traço identificador provido pela cultura que reforça a diferença, o pluralismo, o diálogo. “Ora, um projecto político não pode ignorar esta pluralidade (...) a vocação da Europa é o diálogo entre culturas. É a diversidade a mais marcante característica da Europa”.¹⁵

Este foi um dos postulados que esteve na base da elaboração do Livro Verde, lançado pela Comissão Europeia, em 2006, intitulado *Para uma futura política marítima da União: uma visão europeia para os oceanos e os mares*.

É importante sublinhar que estas regiões representam uma resposta prática, fora e dentro da Europa, ao potencial teórico do “Humanismo Universalista.”

Resta ainda, e por fim, relançar o repto proferido por Wiston Churchill, em Zurique, há mais de 60 anos: Façamos Europa!

Sugestões de Leitura

ALONSO, L. E., 1999, «Crisis de las sociedad del trabajo y ciudadanía: una reflexión entre lo global y local, *Política y Sociedad*, n.º 31, Alternativas al Desarrollo Local Madrid, Mayo-Agosto, pp. 28-33.

AMARAL, Carlos Pacheco, 1999, «Em torno do conceito de insularidade», Comunicação apresentada ao Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal: *Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente*, Universidade dos Açores, 11-18 de Abril, pp. 1-12 (texto policopiado).

AMARAL, Carlos Pacheco, 2003, «Soberania, autonomia e relações internacionais: o caso açoriano das Lajes», Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional:

¹⁴ Eduardo Lourenço, *A Europa Desencatada/Para uma mitologia europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001, p.31.

¹⁵ Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Multiculturalismo ou coabitação cultural” in *Identidade Europeia e Multiculturalismo, Actas do Curso Intensivo, 26 de Fevereiro a 7 de Março de 2002*, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, p.295.

- Portugal e o Atlântico: 60 Anos dos Acordos dos Açores*, Assembleia da República, 28 e 29 de Outubro (texto policopiado).
- AMARAL, Carlos Pacheco, CASTRO, Pedro Faria e, 2004, *As Ultraperiferias na Europa do Futuro*, Universidade dos Açores (texto on-line <http://www.ieei.pt>).
- AZZI, Giuseppe Ciavarini, 2000, «Etapa por Etapa, o Caminho que Conduziu ao Estatuto das Regiões Ultraperiféricas», *Economia & Prospectiva*, n.º 13/14 Julho/Dezembro2000, *Economias de Pequena Dimensão e Isoladas – A Dimensão Ultraperiférica da Europa*, Lisboa, Ministério da Economia, pp. 49-60.
- BARRETO, A., 22/06/03, «Uma Constituição inútil», *Público*, p. 5.
- BARROSO, José Durão, 1997, «Efeitos de sistema e estratégias políticas na actual situação europeia», *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 2, Lisboa, pp. 6-10.
- BARNIER, Michel, 2001, «L'élargissement de l'Union européenne et la politique de cohésion», in *Europa: Novas Fronteiras*, Lisboa, Principia, pp. 11-16.
- BENEDECTIS, M., DE FILIPPIS, F.,1998, «L'intervento pubblico in agricoltura, tra vecchio e nuovo paradigma: il caso dell'Unione Europea», *La Questione Agraria* n.º 71, s.l., pp. 32-35.
- BRIAL, Fabien, 1998, «La place des Régions Ultrapériphériques au sein de l' Union européenne», *Cahiers de Droit Européen*, Bruxelles, numéros 5-6, pp. 639-659.
- CABRAL, Francisco Sarsfield, 1997, «Europa a várias velocidades: fatalidade, risco, oportunidade», *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 2, Lisboa, pp. 16-19.
- CARVALHO, António Carlos Mimoso e, 2003, *Os Açores numa perspectiva histórica do poder aéreo*, Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional: *Portugal e o Atlântico: 60 Anos dos Acordos dos Açores*, Assembleia da República, 28 e 29 de Outubro (texto policopiado).
- CLOOS, Jim, 2000, «Les coopérations renforcées», *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne*, n.º 441, Paris, pp. 512-518.
- CORDEIRO, Carlos, 2004, «Os Açores e as Relações Transatlânticas: Olhares do Outro», in *Ideias de Europa: que fronteiras? Actas do Curso Intensivo de 12 a 21 de Fevereiro de 2004*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coleção *Estudos sobre a Europa*, n.º 5, CEIS20, Coimbra, Quarteto Editora, pp. 259-326.
- COSTA, Francisco Seixas da, 1997, «Conferência intergovernamental, a perspectiva portuguesa da negociação do Tratado de Amesterdão», *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 2, Lisboa, pp.99-119.

- COSTA, Francisco Seixas da, 1998, «Portugal e o desafio Europeu», *Nação e Defesa*, n.º 85, 2.ª série, Lisboa, pp. 15-28.
- DUARTE, Maria Luisa, 2002, «União europeia e entidades regionais: As Regiões Autónomas e o processo comunitário de decisão», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol.XLIII-n.º1, Coimbra Editora, pp. 55-69.
- FATH, Janos, Hunya, Gábor, 2001, «Cross-Border economic Co-Operation on Present and Future borders (a summary of findings)», *Enlargement Research Bulletin*, s/l, Issue, n.º 2, pp. 51-58.
- FAVRET, Jean-Marc, 1997, «Le Traité d'Amsterdam: une révision a minima de la 'charte constitutionnelle' de l'Union Européenne – de l'intégration à l'incantation», *Cahiers de Droit Européen*, numéros 5.6, 33 année, Bruxelles, pp. 555-605.
- FERREIRA, José Medeiros, 1993, «Características históricas da política externa portuguesa», *Política Internacional*, n.º 6, Lisboa, pp. 113-156.
- FERREIRA, José Medeiros, 2000, «Conhecer Melhor as Regiões Ultraperiféricas Insulares,» *Economia & Prospectiva*, n.º13/14 Julho/Dezembro2000, *Economias Pequena Dimensão e Isoladas – A Dimensão Ultraperiférica da Europa*, Lisboa, Ministério da Economia, pp. 71-86.
- FREIRE, Siqueira, 1986, «Portugal entre o Mar e a Terra – Reflexões sobre a identidade nacional», *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 2, Lisboa, IEEI, pp. 9-22.
- FROUFE, P., 17/06/03, «A Constituição Europeia», *O Comércio do Porto*, p. 7.
- GAMA, Jaime, 1987-88, «Portugal num novo contexto estratégico e regional», *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 4, Lisboa, IEEI, pp. 75-88.
- GONZÁLEZ, Filipe, 1997, «La conferencia intergubernamental», *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 2, Lisboa, pp. 64-70.
- GUILLAUMIN, Patrick, 2000, «La Dimension Ultrapériphérique de L'Union Européenne», in *Quel Statut pour les Îles d' Europe/What Status for Europe's Islands*, Paris, L'Harmattan, pp. 103-128.
- HAVEL, V., 19/07/1996, «Para uma Europa exemplar», *Publico*, p. 23.
- JACQUÉ, Jean-Paul, 1997, «La simplification et la consolidation des traités», *Revue Trimestrielle de Droit Européen*, Bruxelles, 33 année, n.º 4, pp.903-913.
- JARDIM, Alberto João, s.l., «A Região Autónoma da Madeira», *Eipascope*, Institut Européen d' Administration Publique, n.º 1997/1, pp. 19-35.

- JARDIM, Alberto João, 2002, «Ultraperiferia e alargamento realidades irreversíveis e conciliáveis», *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 12, Lisboa, Principia, pp. 87-97.
- JANUS, Marcus, 1995, «Eurodom: un lobby original des régions ultrapériphériques de la communauté européenne», *Revue du marché commun et de l'union européenne*, n.º 388, Paris, mai, pp. 326-330.
- KECSMAR, Krisztian, 2000, «Élargissement–conséquences possibles de l'adoption de la proposition de la Commission», *Revue du Marché Commun et l'Union Européenne*, Paris, n.º 434, pp. 14-24.
- LEITE, José Guilherme Reis, 2003, «A Percepção Insular da Europa», in *Portugal e a Construção Europeia*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Moreira Barbosa de Melo e Manuel Lopes Porto, Coimbra, Almedina, pp. 41-52.
- LOPES, António Calado, 2002 «As Regiões Ultraperiféricas no Quadro de uma Europa Alargada», Comunicação apresentada no Seminário *As Regiões Ultraperiféricas no quadro de uma Europa Alargada*, Tecnopolo na Universidade da Madeira, 15 de Julho, pp. 1-7.
- LOPES, A., 12/09/03, «Constituição Europeia ou a institucionalização do Directório das grandes potências», *Independente*, p. 14.
- LOPES, Ernâni Rodrigues, 2003, *A Dimensão Regional e Local*, Sessão plenária, Bruxelas, 6 e 7 de Fevereiro (texto on-line www.europa.eu.int).
- LOPES, Ernâni Rodrigues, 2000, «O Desenvolvimento das Pequenas Economias Isoladas,» *Economia & Prospectiva*, n.º13/14 Julho/Dezembro2000, *Economias de Pequena Dimensão e Isoladas–A Dimensão Ultraperiférica da Europa*, Lisboa, Ministério da Economia, pp. 7-20.
- MACEDO, J. Borges de, 1987, «Atlântico Norte–Atlântico Sul perspectiva histórica», *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 3, Lisboa, IEEI, pp. 93-108.
- MACEDO, J. Borges de, 1987-88, «Portugal na perspectiva estratégica Europeia», *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 4, Lisboa, IEEI, pp.9-32;
- MARQUES, Alfredo, 1993, «Incentivos Regionais e Coesão. Alcance e Limites da Acção Comunitária», *Notas Económicas*, Coimbra, pp. 23-38.
- MARTINS, Maximiano, 2000, «Ultraperiferia e Desenvolvimento, Riscos e Oportunidade,» *Economia & Prospectiva*, n.º13/14 Julho/Dezembro2000, *Economias Pequena Dimensão e Isoladas – A Dimensão Ultraperiférica da Europa*, Lisboa, Ministério da Economia, pp. 87-102.

- MIRANDA, Jorge, 1996, «O Tratado de Maastricht e a Constituição Portuguesa» in *A União Europeia na Encruzilhada*, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 15-28.
- MOREIRA, Adriano, 2003, *NATO – A participação nas responsabilidades mundiais*, Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional: *Portugal e o Atlântico: 60 Anos dos Acordos dos Açores*, Assembleia da República, 28 e 29 de Outubro (texto policopiado).
- MOREIRA, Adriano, 2002, «A Europa da Utopia e a Outra Europa», *Estudos do Século XX*, n.º 2, CEIS20, *Europa-Utopia-Europa-Realidade*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Quarteto Editora, pp. 61-82.
- MOURA, José Barros, 1997, «O Tratado de Amesterdão – conteúdo, problemas e perspectivas», *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 2, Lisboa, pp. 75-85.
- MOURA, José Barros, 1999, «As instituições valem pelas políticas que permitem construir», *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 5, Lisboa, pp. 51-57.
- MOURA, Teresa, 2002, «A Estratégia de Lisboa», Comunicação apresentada no Seminário *A Estratégia de Lisboa: A Agenda Europeia para o desenvolvimento Económico e Social*, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 31 de Janeiro, pp. 6-18.
- PAULIN, Èlisa e RIGOBERT, Marie-Josèphe, 1993, «Les Régions Ultraphériphériques et la CEE», *Revue du Marché Commun et de L'Union Européenne*, Paris, n.º 368, s.l., mai, pp. 436-443.
- PEREIRA, J. Pacheco, 05/06/03, «A Europa do ‘Preâmbulo’ da constituição europeia», *Público*, p. 11.
- PIRES, Iva Maria Miranda, 2003, «Como evitar também o ‘Alargamento’ das clivagens regionais?», *Estratégia*, n.º 18/19, 1.º/2.º Semestres, IEEI, Lisboa, Principia, pp. 243-265.
- PORTO, Manuel Lopes, 1992, «A Coesão Económica e Social e o Futuro da Europa» in *Fundos Estruturais. Que Futuro?*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, pp. 221-239.
- PORTO, Manuel Lopes, 1989, «A Política Regional e o Aproveitamento dos Fundos Estruturais em Portugal», in *Portugal e os Fundos Comunitários: Experiência e Perspectivas Regionais*, Coimbra, CCRC (ed.), pp. 311-367.
- QUADROS, Fausto, 1997, «O Princípio da Subsidiariedade no Tratado da União europeia: Contributos para a Revisão do Tratado» in *Em torno da Revisão do Tratado da União Europeia*, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 23-30.

- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 2002, «Multiculturalismo ou coabitação cultural?», in *Identidade Europeia e Multiculturalismo, Actas do Curso Intensivo de 26 de Fevereiro a 7 de Março de 2002*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coleção *Estudos sobre a Europa*, n.º 2, CEIS20, Coimbra, Quarteto Editora, pp. 277-295.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 2002, «A Europa dos Intelectuais nos alvares do século XX», *Estudos do Século XX*, n.º 2, CEIS20, *Europa-Utopia – Europa-Realidade*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Quarteto Editora, pp. 111-133.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 2002, «Os Intelectuais e a Ideia de Europa», in *Portugal e a Construção Europeia*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Moreira Barbosa de Melo e Manuel Carlos Lopes Porto, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 31-39.
- RODRÍGUEZ-SPITERI, José, 2002, «La estratégia de Lisboa es el Futuro de Europa,» Comunicação apresentada no Seminário *A Estratégia de Lisboa A Agenda Europeia para o desenvolvimento Económico e Social*, Lisboa, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 31 de Janeiro, pp. 2-17.
- ROY, Joaquín, 1998, «European alternatives to Helms-Burton law», *Collegium: news of the College of Europe, s.l.*, n.º 10, pp. 3-7.
- SAMPAIO, Jorge, 2003, «Portugal e o Futuro da Europa», *Estratégia revista de Estudos Internacionais*, n.º 18/19, 1.º/2.º Semestres, IEEI, Lisboa, Principia, pp. 33-40.
- SILVA, Paulo Miguel *et al.*, 1993, «Os ultramares da Europa», *Forum Europa*, Lisboa, Set.-Nov., n.º 6, Edições APECO, pp. 23-40.
- SPILANIS, Ioanis, 1992, «Les îles européennes face à l'Union Economique et Monétaire», *Cooperazione Mediterranea*, n.º 6, s.l., pp. 150-164.
- SPILANIS, Ionanis, s.l., «Les territoires en marge: le cas des îles», *L'Événement Européen*, 1993, n.º 21, pp. 169-182.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2000, «Interesse Nacional e Globalização: o caso português entre a teoria e a história», in *O Interesse Nacional e a Globalização*, coord. de Nuno Severiano Teixeira, José Cervaens Rodrigues e Isabel Ferreira Nunes, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 115-128.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2004, «O 25 de Abril e a política externa portuguesa», *Relações Internacionais*, vol.1, Lisboa, IPRI, pp. 5-20.

- TELÓ, Mário, 1999, «Democratie supranationale et constitution», *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 5, Lisboa, pp. 73-81.
- VANDAME, Jacques, 1999, «L'exécutif européen dans la future réforme institutionnelle», *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 5, Lisboa, pp. 85-89.
- VASCONCELOS, Álvaro de, 1993-94, «A reorganização das relações euro-americanas», *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 10-11, Lisboa, IEEI, pp. 79-92.
- VASCONCELOS, Álvaro de, 2001, «Relações entre a União Europeia e o Mercosul: a importância do Regionalismo», *Temas de Integração*, 2.º Semestre de 2000, 1.º Semestre de 2001, n.ºs 10 e 11, Coimbra, Almedina, p. 131-145.
- VASCONCELOS, Álvaro de, 2003, «Portugal e a Constituição Europeia», *Estratégia*, n.ºs 18/19, 1.º/2.º Semestres, IEEI, Lisboa, Principia, pp. 11-12.
- VILAÇA, José Luís da Cruz, 1999, «Da CIG-96 ao Tratado de Amesterdão à Europa da justiça», *Estratégia*, n.º 12-13, IEEI, Lisboa, pp. 43-67.
- AMARAL, Carlos Eduardo Pacheco, 1998, *Do Estado Soberano Ao Estado das Autonomias-Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*, Porto, Ed. Afrontamento.
- AMARAL, João Bosco Mota, 1981, *The Problems of European Islands Regions-General Report*, Strasbourg, Council Of Europe.
- EIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), 2003, *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural, Actas do Curso Intensivo de 20 de Fevereiro a 2 de Março de 2003*, Colecção *Estudos sobre a Europa*, n.º 4, CEIS20, Coimbra, Quarteto Editora.
- HACHE, Jean-Didier (coord.), 2000, *Quel Statut pour les Îles d' Europe/What Status for Europe's Islands?* Paris, L'Harmattan.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), 2002, *Identidade Europeia e Multiculturalismo, Actas do Curso Intensivo de 26 de Fevereiro a 7 de Março de 2002*, Colecção *Estudos sobre a Europa*, n.º 2, CEIS20, Coimbra, Quarteto Editora.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), 2004, *Ideias de Europa: que fronteiras?*, *Actas do Curso Intensivo de 12 a 21 de Fevereiro de 2004*, Colecção *Estudos sobre a Europa*, n.º 5, CEIS20, Coimbra, Quarteto Editora.

